

CORREIO NACIONAL



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Nota combate desinformação promovida por Trump

Saúde reafirma: paracetamol não causa autismo

O Ministério da Saúde emitiu uma nota oficial nesta terça-feira (23) para reforçar que o paracetamol, um fármaco de propriedades analgésica e antipirética (redução da febre), é seguro, eficaz e não está relacionado a ocorrência de autismo. A manifestação ocorre um dia depois de o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, ter feito essa correlação, sem apresentar provas, em uma declaração à imprensa. A desinformação dissemi-

nada de Trump também foi negada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas agências de saúde da União Europeia e do Reino Unido. "A saúde não pode ser alvo de atos irresponsáveis. A atuação de lideranças políticas na criação de informações deturpadas pode gerar consequências desastrosas para a saúde pública, como vimos na pandemia de Covid-19, com mais de 700 mil vidas perdidas no Brasil", disse o Ministério da Saúde, em nota.

Controladores suspendem greve

Os trabalhadores do Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Proteção ao Voo (SNTPV) decidiram suspender a greve que estava prevista para começar nesta quarta-feira (24) nos aeroportos de todo país. A suspensão ocorreu após reunião de representantes da categoria com a NAV Brasil, empresa es-

tatal de navegação aérea do país, no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em Brasília. Na reunião, ficou acertado que a NAV Brasil irá revisar e implantar o Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores nos próximos 12 meses e aplicação de reajuste imediato de 9% no plano de saúde.

Devolução de descontos ilegais

O governo federal afirma já ter restituído cerca de R\$ 1,53 bilhão a aposentados e pensionistas lesados pelo esquema que realizava descontos ilegais dos benefícios pagos pelo INSS. Do total, os maiores montantes foram destinados a aposentados e pensionistas dos estados de São Paulo (R\$ 293,7

milhões); Minas Gerais (R\$ 149,5 milhões); Bahia (R\$ 137,2 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 124,4 milhões). Segundo o Ministério da Previdência Social, dos mais de 5,58 milhões de segurados do instituto que questionaram algum desconto em seus benefícios, cerca de 2,46 milhões já aderiram ao acordo.

Olimpíada de Saúde e Meio Ambiente

Estão abertas, até 30 de junho de 2026, as inscrições para a 13ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente (Obsma) da Fiocruz. Segundo o regulamento, serão aceitas inscrições de projetos desenvolvidos por alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio, incluindo a edu-

cação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico. É preciso estar matriculado regularmente em escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) durante os anos de 2025 e/ou 2026. A inscrição na 13ª edição deverá ser realizada por um professor responsável, no site oficial do olimpíada.

Estratégia Alimenta Cidades

Fortalecer a governança intersetorial e o financiamento em ações de segurança alimentar. Soluções para os temas foram discutidas no primeiro dia do III Encontro Nacional da Estratégia Alimenta Cidades, na segunda, em Belo Horizonte. Com apoio do Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o evento pretende fortalecer a agenda alimentar urbana. O encontro abre espaço para o diálogo e a troca de conhecimentos entre técnicos de diversas áreas do país sobre medidas de segurança alimentar.

Programa oferece R\$ 19 milhões

Estados e municípios que aderiram à Estratégia Alimenta Cidades vão receber R\$ 19 milhões do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A liberação do recurso vai beneficiar 38 municípios de 19 estados que integram a iniciativa. O anúncio foi feito pelo ministro

do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, durante agenda oficial em Belo Horizonte, nesta segunda-feira (22.09). Cada cidade contemplada receberá R\$ 500 mil para comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Mamografia passa a ser recomendada aos 40 anos

Faixa de 40 a 49 anos concentra 23% dos casos de câncer

José Cruz/Agência Brasil

O Ministério da Saúde passou a recomendar o acesso a mamografia, via Sistema Único de Saúde (SUS), para mulheres de 40 a 49 anos – mesmo que não haja sinais ou sintomas de câncer de mama. De acordo com a pasta, a faixa etária concentra 23% dos casos da doença, e a detecção precoce aumenta as chances de cura.

Até então, a orientação era que o exame fosse feito a partir dos 50 anos.

A medida faz parte de um conjunto de ações anunciadas na terça voltado para a melhoria do diagnóstico e da assistência. A recomendação para mulheres a partir dos 40 anos é que o exame seja feito sob demanda, em decisão conjunta com o profissional de saúde.

"A paciente deve ser orientada sobre os benefícios e desvantagens de fazer o rastreamento. Mulheres nesta idade tinham dificuldade com o exame na rede pública de saúde por conta da avaliação de histórico familiar ou necessidade de já apresentar sintomas", informou o ministério em nota.

As mamografias via SUS em pacientes com menos de 50 anos, de acordo com a pasta, representam 30% do total, o equivalente a mais de 1 milhão apenas no ano de 2024.

Outra medida anunciada é a ampliação da faixa etária para o



Até então, a orientação era que o exame fosse feito a partir dos 50 anos

rastreamento ativo – quando a mamografia é solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, até então, era 69 anos. Agora, passa a ser 74 anos. Dados do ministério revelam que quase 60% dos casos de câncer de mama estão concentrados entre 50 e 74 anos.

"A ampliação do acesso à mamografia aproxima o Brasil de práticas internacionais, como as adotadas na Austrália, e reforça o compromisso em garantir diagnóstico precoce e cuidado integral às mulheres brasileiras. O câncer de mama é o mais comum e o que mais

mata mulheres, com 37 mil casos por ano", reforçou a pasta.

Os números mostram que, em 2024, cerca de 4 milhões de mamografias para rastreamento e 376,7 mil exames diagnósticos foram realizados no SUS.

O ministério anunciou ainda a oferta de 27 carretas de saúde da mulher em 22 estados por meio do programa Agora Tem Especialistas. A ação é voltada para a expansão do acesso a consultas, exames e cirurgias com o objetivo de reduzir o tempo de espera para atendimento no SUS.

Os primeiros testes foram

realizados em Goiânia. No próximo mês, as carretas seguem para diferentes estados do país. A expectativa é alcançar até 120 mil atendimentos ao longo de outubro, com investimento de R\$ 18 milhões para a execução da ação.

"As unidades móveis vão oferecer uma ampla gama de serviços para o diagnóstico precoce de câncer de mama e de colo do útero, incluindo mamografia, ultrassonografia, punção e biópsia de mama, colposcopia e consultas médicas presenciais e por telemedicina", informou a pasta.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Portaria padroniza diária de 24 horas nos hotéis

Turismo muda regras de check-in e check-out

O Ministério do Turismo (MTur) alterou as regras para os hotéis brasileiros referentes à entrada e à saída (check-in e check-out) do hóspede, considerando o tempo necessário para arrumação, higiene e limpeza da unidade.

De acordo com a portaria, o preço da diária, a ser cobrado pelos meios de hospedagem, deve corresponder ao período de 24 horas.

Os hotéis podem definir seus próprios horários de check-in e check-out, mas as informações devem ser comunicadas, tanto pelos hotéis como pelas agências de turismo e as plataformas digitais intermediárias de reservas, ao hóspede de forma clara e prévia.

A nova regra permite que o hotel cobre tarifas extras para check-in antecipado ou check-out tardio nas acomodações, desde que o hóspede seja informado com antecedência e não prejudique o cumprimento das normas de limpeza.

A norma fixa em até 3 horas o tempo que deve ser dedicado à arrumação e limpeza

dos quartos de hospedagem. Os hotéis não podem cobrar a mais por esses serviços, que devem estar incluídos no preço da diária.

Os procedimentos incluem a higienização completa da unidade de alojamento; a troca de roupa de cama e das toalhas.

A frequência da limpeza e da arrumação deve ser compatível com o tipo de estabelecimento, como hotéis, resorts, pousadas, hostels, apart-hotéis ou flats.

O hóspede deve ser comunicado sobre o tempo estimado para a limpeza do quarto e a frequência.

Se preferir, o hóspede pode dispensar os serviços de arrumação e limpeza, mediante manifestação expressa e sua vontade deve ser respeitada. Porém, o hotel deve garantir que essa escolha não comprometa as condições sanitárias e a segurança dos demais hóspedes no local.

Em nota, o Ministério do Turismo explicou que a proposta "busca oferecer maior previsibilidade e transparência

nas relações de consumo, além de reforçar a segurança sanitária e jurídica do setor".

O MTur também criou a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH) em formato digital, para todo o segmento de hotelaria do país.

A ficha online deve ser preenchida por todos os hóspedes, contendo informações básicas de identificação que já eram solicitadas no modelo em papel.

A modernização disponibiliza funcionalidades para desburocratizar o processo de pré-check-in, check-in e check-out. O objetivo é promover a economia de tempo para os hóspedes, diminuir gastos e aumentar a segurança para os meios de hospedagem.

A plataforma online autoriza, entre outros procedimentos, o pré-check-in por QR Code ou link.

Segundo o ministério, o sistema também facilita o envio eletrônico das informações exigidas pela legislação brasileira. Os dados geram estatísticas oficiais em tempo real sobre o fluxo turístico nacional.

Política para reumáticos pode criar modelo

Há cerca de duas semanas, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), um órgão colegiado responsável pela fiscalização das políticas públicas de saúde no Brasil, aprovou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Doenças Reumáticas.

Formalizada por meio da Resolução 777, a política oferece orientações sobre como os entes federativos devem proceder em relação aos pacientes de doenças reumáticas, buscando melhorar a qualidade de vida e reduzir os custos sociais e econômicos envolvidos nos cuidados a essas doenças. A nova política também fornece diretrizes e protocolos sobre o tratamento das doenças reumáticas, descrevendo as melhores linhas de cuidado para o paciente.

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR), José Eduardo Martínez, a aprovação dessa política "abre uma oportunidade para que seja criado um modelo que possa ser aplicado no Brasil inteiro".

"Esse plano dá base para um plano de trabalho. Ele não resolve o problema do paciente reumático, mas estabelece uma forma de melhorar o atendimento do paciente. Esse é um passo inicial que eu acho muito importante", disse à Agência Brasil, durante o Congresso Brasileiro de Reumatologia, que aconteceu de 17 e 20 de setembro em Salvador.

Segundo André Hayata, coordenador da Comissão de Políticas Públicas e Relações Institucionais da Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR), que participou da construção do documento, as discussões envolvendo essa política acontecem há muitos anos, mas tiveram que ser interrompidas durante a pandemia do novo coronavírus, sendo retomadas a partir de 2023.